



DOI: 10.31416/rsdv.v13i3.798

## **Educação para o desenvolvimento sustentável: iniciativas empreendedoras e sustentáveis em saúde e cultura na escola**

*Education for sustainable development: entrepreneurial and sustainable initiatives in health and culture at school*

### **ALMEIDA, Raniere de Carvalho. Doutor em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial**

EEMTI Simão Ângelo. Rua Pe. Cícero, s/n., Penaforte-CE, CEP: 63.280-000 / Telefone: (88) 3559-1865 / E-mail: [raniere.almeida@prof.ce.gov.br](mailto:raniere.almeida@prof.ce.gov.br) / ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4588-575X>

### **COELHO, Ana Carla Mendes. Doutoranda em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial**

FACAPE. Av. Presidente Dutra, 167, Centro, Petrolina-PE, CEP: 56.304-230 / Telefone: (87) 99607-2818. E-mail: [anacarlamendesc@gmail.com](mailto:anacarlamendesc@gmail.com) / ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4022-5568>

### **SANTOS, Vivianni Marques Leite dos. Doutora em Química**

Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Av. Antônio C. Magalhães, 510, Country Club, Juazeiro-BA, CEP: 48.902-300 / Telefone: (74) 2101-7608 / E-mail: [vivianni.santos@univasf.edu.br](mailto:vivianni.santos@univasf.edu.br) / ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8741-8888>

### **OLIVEIRA, Adelson Dias de. Doutor em Educação e Contemporaneidade**

Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Av. Antônio C. Magalhães, 510, Country Club, Juazeiro-BA, CEP: 48.902-300 / Telefone: (74) 2101-7608 / E-mail: [adelson.dias@univasf.edu.br](mailto:adelson.dias@univasf.edu.br) / ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8415-1153>

### **PACHECO, Clecia Simone Gonçalves Rosa. Doutora em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial**

Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE). Rua Maria Luzia de Araújo Gomes Cabral, 791, João de Deus, Petrolina-PE, CEP: 56.316-686 / Telefone: (87) 2101-4300 / E-mail: [clecia.pacheco@ifsertao-pe.edu.br](mailto:clecia.pacheco@ifsertao-pe.edu.br) / ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7621-0536>

## **RESUMO**

A educação é um processo iniciado no lar, significado na escola e incentivado pela sociedade. Sua visão empreendedora e sustentável favorece a cultura e saúde dos sujeitos, sendo a escola o ambiente propício para um desenvolvimento sustentável. Quais iniciativas a escola pode desenvolver para promover a saúde e cultura dos seus membros? Esta questão norteia a pesquisa, que objetiva destacar iniciativas empreendedoras e sustentáveis em saúde e cultura no ambiente escolar. Adotou-se como método a revisão bibliográfica, concluindo que ações empreendedoras e sustentáveis favorecem a cultura e saúde, a partir da formulação, implementação e avaliação de políticas alinhadas à Agenda 2030.

**Palavras-chave:** Ambiente escolar, Empreendedorismo, Sustentabilidade.

## **ABSTRACT**



Education is a process that starts at home, is meant at school, and is encouraged by society. Its entrepreneurial and sustainable vision favors the culture and health of the subjects, and the school is the proper environment for a sustainable development. What initiatives can the school develop to promote the health and culture of its members? This question guides the research, which aims to highlight entrepreneurial and sustainable initiatives in health and culture in the school environment. A literature review was adopted as a method, concluding that entrepreneurial and sustainable actions favor culture and health, from the formulation, implementation and evaluation of policies aligned to the 2030 Agenda.

**Keywords:** School environment, Entrepreneurship, Sustainability.

## Introdução

A sociedade da informação tem exigido cada vez mais dos seres humanos criatividade e inovação, aspectos relacionados ao empreendedorismo, o qual está presente nos setores da sociedade. O ato criativo faz com que os indivíduos sejam diferentes entre si, tanto no modo de produzir quanto de difundir saberes e fazeres, o que os torna inovadores, superando seus limites em busca de metas estabelecidas. Empreender significa buscar condições favoráveis ao desenvolvimento, a partir do espírito de liderança, capacidade e perfil (Dolabela, 2003).

A educação, enquanto política pública, requer a adoção de ações empreendedoras que tornem possível o estabelecimento da sustentabilidade em seus processos, inclusive, no cenário atual, onde sofre ataques protagonizados por sujeitos e entidades, que segundo a Constituição Federal de 1988, deveriam incentivá-la (Brasil, 1988). Instigando-se o pensamento crítico e criativo em uma perspectiva empreendedora, os sujeitos tornam-se independentes e autônomos para tomar decisões, dirimindo questões (Freire, 2006).

Um dos desafios presentes na escola é a promoção da saúde e cultura dos seus membros, tornando o ambiente escolar mais saudável, ético, harmônico e, sobretudo, sustentável. Enxerga-se no princípio empreendedor a possibilidade de planejar, executar e avaliar ações em seu âmbito que possam prevenir doenças e agravos entre o seu público, além do respeito as suas práticas culturais dentro e fora da escola. Segundo Pacheco (2002) o empreendedorismo amplia a visão de mundo dos sujeitos, tornando-a global, oportunizando um fazer inovador, que o possibilite o desenvolvimento de atividades, pessoais, acadêmicas e profissionais.

Quais iniciativas a escola pode desenvolver para promover a saúde e cultura dos seus membros? Esta questão norteia a pesquisa, cujo objetivo é apresentar iniciativas empreendedoras e sustentáveis em saúde e cultura no ambiente escolar. Sua realização justifica-se pela necessidade das escolas implementarem ações que contemplem atividades de promoção da saúde e cultura, além de ampliar as fontes de pesquisa existentes sobre essa temática, que demonstram ainda ser limitadas.

A metodologia utilizada nesta pesquisa é de abordagem qualitativa, natureza básica e objetivo exploratório. Adotou como procedimento a revisão de literatura e pesquisa documental. O estudo de conteúdo foi empregado como técnica de análise, além de critérios de inclusão e exclusão como o alinhamento à temática pesquisada e sua temporalidade não superior a 20 anos, exceto os clássicos e a legislação.

Este trabalho em seu referencial teórico contempla a sustentabilidade na educação através de iniciativas empreendedoras que promovam a sustentabilidade no ambiente escolar, promoção da saúde e cultura. Em seguida é apresentado o



procedimento metodológico adotado. Os resultados e discussão culminam na propositura de iniciativas empreendedoras e sustentáveis tanto na saúde quanto na cultura. Entre os teóricos utilizados na pesquisa destacam-se: Freire (2006), Dornelas (2001), Saviani (2003), Pacheco (2002), Arantes (2004) e Brandão (2003).

## Empreendedorismo na educação

A sociedade contemporânea apresenta uma dinâmica sociocultural distinta no tempo e espaço, superando paradigmas tradicionalistas, a partir de uma visão empreendedora. O empreendedorismo é concebido como o envolvimento de sujeitos e processos que conjuntamente transformam ideias em oportunidades. A sua implementação proporciona a criação de negócios de sucesso (Dornelas, 2001).

Para Dolabela (1999) o empreendedorismo é a tradução de *entrepreneurship*, que representa uma área abrangente que aborda diferentes temas, assim como a criação de empresas, a geração do auto-emprego (autônomo), o empreendedorismo comunitário, o intra-empreendedorismo e as políticas públicas governamentais, como a educação. Envolve atitudes e idéias, autoconsciência quanto ao *know-how*.

O empreendedorismo está presente em diferentes áreas como a educação, contribuindo para o seu fortalecimento, a partir de planos e práticas inovadoras, que atraíam docentes e discentes para o mundo do conhecimento, desprendendo-se de modelos prontos e acabados, que não despertam o poder criativo. Traduz-se em criatividade, inovação e oportunidades, esforços e objetivos, força de vontade, geração de valor e riscos (Brito, 2003).

A educação empreendedora possibilita não só o crescimento pessoal dos sujeitos, mas sua emancipação perante o meio social em que vivem e convivem socialmente, tornando-os seres autônomos e ao mesmo tempo críticos, coadunando com a teoria freiriana. Conforme Dolabela (2003) o ensino empreendedor voltado ao desenvolvimento social de modo sustentável é concebido como pedagogia empreendedora, que visa à inclusão dos sujeitos.

Para Freire (2006) o ato educativo requer uma visão empreendedora, por instigar o pensamento crítico e criativo nos discentes, recursos estes presentes em seu bojo e que se baseiam em métodos. Concebem autonomia de pensamento ensinando a aprender de forma correta, através da pesquisa, que desperta a criticidade e curiosidade que deve integrar o processo de ensino-aprendizagem, superando-se a memorização de conteúdos, que tolhe a liberdade do educando.

O fator empreendedor, presente nas escolas e demais instituições, agrega maior valor à capacitação dos sujeitos para o desenvolvimento de atividades pessoais, acadêmicas e profissionais. Os estudos formativos de cunho empreendedor ampliam a capacidade criativa e inovadora de reconhecer oportunidades e ao mesmo tempo apoiar pessoas a terem uma visão global de mundo, transcorrendo sobre o todo (Pacheco, 2002).

O empreendedorismo na educação é considerado uma poderosa e valiosa forma de despertar nova mentalidade nos estudantes, contribuindo para a promoção de soluções criativas e inovadoras, favorecendo a formação de cidadãos críticos e transformadores da realidade da qual fazem parte. Destaca-se que a perspectiva empreendedora não corresponde somente a habilidades técnicas, abrangendo ainda competências comportamentais que ao serem desenvolvidas permitem que os discentes desenvolvam valores direcionados ao mundo que o rodeia (CER, 2022).



## Sustentabilidade no ambiente escolar

A tradição de aprender uns com os outros, e de transmitir conhecimentos ao longo das gerações, sempre esteve presente na sociedade. Nesse contexto, a escola enquanto instituição responsável pela transmissão de conhecimentos é um agente socializador e transformador para gerações presentes e futuras. Para além da difusão de conhecimentos, torna-se responsável pela transmissão dos valores culturais entre gerações (Martin-Baró, 1992; Borges, 2011).

Em função do seu papel no desenvolvimento social dos cidadãos, a escola deve assumir uma posição efetiva no enfrentamento das problemáticas ambientais, transformando o meio escolar em palco de discussões socioambientais que propiciem uma educação para o Desenvolvimento Sustentável (DS), formando cidadãos críticos e socioambientalmente responsáveis (Brito *et al.*, 2019).

A respeito do termo Desenvolvimento Sustentável, a definição mais aceita atualmente é aquela contida no Relatório *Brundtland* da Organização das Nações Unidas (1987), também intitulado de *Nosso Futuro Comum*, apresentado nos seguintes termos: “desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (ONU, 1991).

A relevância e reconhecimento sobre a definição adotada pelo Relatório *Brundtland* se dá pelo fato deste envolver dois conceitos-chave: o da necessidade e o da ideia de limitação. O primeiro refere-se às necessidades essenciais dos países subdesenvolvidos do planeta, para os quais a atenção deve ser priorizada. O segundo (a ideia de limites) apregoa o uso da tecnologia e a organização social para manter a capacidade do meio ambiente no atendimento das necessidades das gerações futuras (Stoffel, 2015; Colognese, 2015).

A sustentabilidade é a equidade na distribuição de renda e de bens, permitindo a igualdade de direitos para a dignidade humana e solidariedade social. Pode ser traduzida no fato de que todos os sujeitos tenham direitos mínimos necessários para uma vida digna usufruindo bens, serviços, recursos naturais e mais, tendo bem-estar, sem prejudicar o outro (Barbosa, 2008; Stoffel, 2015).

Quase todas as definições publicadas sobre o conceito de Desenvolvimento Sustentável têm como base princípios da sustentabilidade, traduzida na perspectiva de longo prazo, importância fundamental das condições locais, compreensão da evolução não linear dos sistemas ambientais e humanos (Souza; Armada, 2017).

Para Boff (2015, p. 46) a adoção da expressão Desenvolvimento Sustentável é uma armadilha do sistema: “assume os termos da ecologia (sustentabilidade) para esvaziá-los e assume o ideal da economia (crescimento/desenvolvimento), mascarando, porém, a pobreza que ele mesmo produz.

De acordo com Souza e Armada (2017), o atual modelo de sociedade está baseado no desenvolvimento sustentável da economia que, efetivamente, não ultrapassou o sentido de desenvolvimento econômico; e este não tem suportado a pressão exercida pela crise ambiental de âmbito global. Eis que urge, considerar a Sustentabilidade como paradigma emergente e necessário.

Para Barbieri (2011), a maioria dos problemas ambientais existentes vêm em decorrência do uso desenfreado do meio ambiente pelos seres humanos, extraindo os recursos naturais para a produção de bens e serviços e descartando o que não é mais utilizado. As estratégias de enfrentamento dessa problemática, para surtirem



o efeito desejável na construção de sociedades sustentáveis, envolvem uma articulação coordenada entre todos os tipos de intervenção ambiental, incluindo neste contexto as ações em Educação Ambiental (EA).

Sob esse prisma, a escola não é o único caminho para a resolução de questões socioambientais, entretanto, se perfaz em um espaço em que há condições e potencial de produção de novos conhecimentos de modo cooperativo e transformador, para intervir nas causas dos problemas e não apenas na resolução dos seus efeitos (Colagrande e Farias, 2021).

A educação pode ser importante aliada na realização de projetos e ações que atendam ao princípio da responsabilidade que o ser humano tem para com as futuras gerações e, sobretudo, na formulação de políticas públicas que assegurem uma educação ambiental para o desenvolvimento sustentável nas escolas.

### **Promoção da saúde no ambiente escolar**

Em nenhum outro momento histórico, falou-se tanto em saúde e promoção da saúde como na contemporaneidade, o que corrobora a valorização do papel de promoção da saúde vinculada ao ambiente escolar como elemento transformador da realidade (Farias *at al.*, 2016).

A saúde da população é o resultado dos modos de organização da sociedade na qual está inserida. O aparato educacional não é capaz de modificar os determinantes desse processo, mas pode contribuir substancialmente para a melhoria da saúde escolar (Silva, 2009). Além da importância da sustentabilidade na escola, é preciso o desenvolvimento de ações intersetoriais e multidisciplinares, que favoreçam a promoção da saúde na comunidade (Farias *at al.*, 2016).

O conceito moderno de promoção da saúde, assim como sua prática, surge e se desenvolve de forma mais vigorosa nos últimos 20 anos nos países em desenvolvimento, ganhando forma e expressão a partir de 1986 com a realização da I Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde em Ottawa, Canadá. Segundo sua Carta, a promoção da saúde pode ser definida como: “o processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo” (Buss, 2002).

Decorrente deste entendimento, o mesmo documento estabelece que as condições e os recursos fundamentais para a saúde são abrangentes e incluem: paz, habitação, educação, alimentação, renda, ecossistema estável, recursos sustentáveis, justiça social, equidade; afirmando que o incremento nas condições de saúde requer uma base sólida nestes pré-requisitos básicos (Buss, 2002).

O movimento da promoção da saúde deve superar os vazios do modelo biomédico, articulando toda a sociedade em prol da melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e do coletivo. Entretanto, superar o modelo tradicional e hegemônico na construção de um paradigma sanitário que considere os acontecimentos cotidianos dos indivíduos e das coletividades nos modos de vida, bem como as expressões singulares e subjetivas na determinação da saúde e da doença, constitui-se em um grande desafio a ser superado (Silva, 2009).

O planejamento e o desenvolvimento das ações de enfrentamento da questão precisam considerar outras variáveis e serem implementadas de forma intersetorial, sobretudo no ambiente escolar. A escola é formadora de opiniões de crianças, adolescentes e de suas famílias, sendo um dispositivo social a ser utilizado como cenário e ferramenta da educação em saúde, buscando formar cidadãos conscientes



e responsáveis por suas escolhas e comportamentos (Brasil, 2009).

Uma iniciativa de política intersetorial nessa direção se refere ao Programa Saúde na Escola (PSE), instituído pelo Decreto Presidencial nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007, resultado de uma parceria entre os Ministérios da Saúde e da Educação, tendo como objetivo principal, contribuir para a atenção à saúde, integrando as redes do Sistema de Educação e do Sistema Único de Saúde (SUS) mediante articulação das escolas públicas, unidades básicas de saúde e unidades de saúde da família (Brasil, 2011).

A relação entre os serviços de saúde e as escolas representa um foco onde têm sido identificadas fragilidades, embora, cada vez mais, se considere fundamental um trabalho articulado entre ambas as partes para o sucesso da implementação de ações de educação para a saúde.

O desenho do PSE parte da necessidade de articular e integrar os setores da saúde e da educação ampliando o alcance e o impacto das ações de saúde aos estudantes e seus familiares, através de ações intersetoriais e essa articulação ocorre, principalmente, entre as Equipes de Saúde da Família (ESF) e as escolas do território de adscrição dessas equipes, atendendo às diversas demandas da comunidade escolar, na perspectiva da atenção integral e considerando o conceito positivo de saúde apresentado desde a Carta de Ottawa (1986) e reafirmado na Constituição de 1988 (Gomes, 2012; Farias *et al.*, 2016).

O Programa Saúde na Escola estimula a arquitetura de ações a partir das novas compreensões sobre a promoção da saúde nas instituições escolares, incluindo temáticas transversais como o reconhecimento do *bullying* como um problema de saúde, representando uma mudança de paradigmas na área de promoção da saúde (Oliveira, *et al.*, 2018).

O olhar vigilante do Estado no meio ambiente escolar, torna-se um importante aliado para o desenvolvimento humano de crianças, adolescentes e profissionais da educação, devendo este debate se constituir em políticas públicas que visem a melhoria e o aperfeiçoamento da prestação de serviços de forma interdisciplinar.

## Cultura popular no ambiente escolar

A dimensão da sociedade humana que inclui todos os conhecimentos em sentido amplo, produzidos socialmente, e as diferentes maneiras como é expresso é denominado de cultura, a qual apresenta diferentes tipos e concepções. A mesma é vista pelos sujeitos sociais como uma dimensão dinâmica, mutável, que contribui para o processo criativo, inovador, sendo fundamental para as sociedades ao longo do tempo, inclusive, a contemporânea (Santos, 2003).

A cultura está presente em todos os campos, a exemplo da educação e empreendedorismo, despertando nos sujeitos o senso criativo e inovador, que os tornam construtores e disseminadores da própria existência. Para Arantes (2004) a cultura traduz todos os códigos e simbolismos constituídos socialmente pela humanidade. Sua constituição dar-se-á por sistemas de símbolos que articulam entre si um conjunto de significados compreendidos na sociedade.

Na comunidade escolar a cultura integra o currículo e as práticas sociopedagógicas desenvolvidas diariamente por discentes e docentes, através do processo de ensino-aprendizagem, que prima pela autonomia dos diferentes públicos que a compõem, partindo do seu contexto (Freire, 2006). Na escola os sujeitos são preparados para reconhecer, valorizar e fazer cultura, partindo de suas experiências



diárias e conhecimentos formalísticos desenvolvidos pela mesma. Na escola e em toda a sociedade a cultura se manifesta de diferentes formas. Há a popular, erudita, de massa, material/imaterial, organizacional e corporal. Percebe-se que todas estão presentes no meio escolar, por agregar valores empreendedores em sua dinâmica, vista como relevante à compreensão do mundo e dos sujeitos. O conhecimento cultural agrega valores à formação dos estudantes, fazendo reconhecerem seu papel e importância social. A cultura compreende a humanidade, seus povos, nações, sociedade e grupos humanos (Santos, 2003).

A cultura popular tem maior visibilidade na humanidade, por agregar o fazer das massas, a exemplo do folclore. Para Brandão (2003) representa uma significativa fração da cultura tradicional, uma situação cultural anônima de criação popular, coletiva, persistente e tradicional, sendo comumente difundida por “sistemas comunitários” não eruditos. Enxerga-se o folclórico com um enfoque político, uma forma popular de resistência, não como uma visão romantizada do fazer humano.

Durante décadas a cultura popular esteve ausente no currículo escolar sob a alegação da cientificidade do processo de ensino-aprendizagem, que não reconhecia a importância dos saberes do povo. Isso contribuía para a “superioridade” da cultura erudita e manutenção do seu *status quo*, associado à determinada classe social. Os saberes e práticas populares eram ignorados, contrariando o pensamento de Saviani (2003) onde a escola deve mediar a passagem do saber espontâneo ao sistematizado, da cultura popular à erudita.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a inclusão dos temas transversais na escola, através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) na década de 1990, a educação básica deu salto quanto à valorização das experiências dos educandos, inclusive, a cultura popular produzida em seus territórios, que além de ser trabalhada na escola, deve ser valorizada e incentivada de forma empreendedora, buscando sua sustentabilidade. Ela media o trabalho desenvolvido em sala de aula com a vida cotidiana do aluno (Silva, 2001).

A perspectiva interdisciplinar vem sendo discutida e incentivada no meio escolar desde o Século XX, sendo ampliada com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), visando integrar o planejamento e as práticas docentes, a partir de um diálogo constante entre os componentes curriculares, rompendo-se a visão disciplinar. Buscando fortalecer a cultura popular dentro e fora da escola, tornando-a dinâmica, inovadora e sustentável, superando determinadas práticas culturalmente homogêneas, vinculadas à elite dominante, distante da classe popular e sua cultura originária, por negá-la e subjuga-la (Costa *et al.*, 2003).

Na escola se ensina, aprende e faz cultura. A partir dela os estudantes passam a identificar e reconhecer em seus territórios as manifestações existentes, para daí promovê-las, inclusive, através de atividades criativas, empreendedoras que a tornem permanente e sustentável. Os ensinamentos culturais presentes no currículo e seu cotidiano fortalecem a identidade e o território dos sujeitos como jogos populares, cirandas, amarelinha, cantigas e outras, que denotam o repertório cultural dos alunos e a riqueza dos povos (Brasil, 2002).

## Metodologia

### Método e período da pesquisa

Este estudo possui abordagem qualitativa, natureza básica e objetivo exploratório, adotando como procedimento metodológico revisão de literatura e



pesquisa documental. Seu período de realização foi de 17 de dezembro de 2022 a 25 de janeiro de 2023. Buscou-se levantar dados primários e secundários em fontes literárias e documentais relacionadas ao objeto de estudo, através do *Google Scholar*, *ResearchGate* e dos portais: MEC, SEBRAE, ONU, FRST e OSD Brasil.

Segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 183): “[...] a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”. Logo, este estudo científico busca aprofundar uma temática com base em trabalhos anteriores, trazendo novos resultados, discussões e considerações.

## Descritores e fontes da pesquisa

Para a coleta de dados nas bases foram empregados descritores relacionados ao objeto da pesquisa: empreendedorismo, sustentabilidade, educação, escola, saúde e cultura popular. Foram localizadas 113 fontes entre artigos, resumos, dissertações, teses, livros e documentos. Estas passaram por critérios de inclusão e exclusão como sua relação direta com o tema da pesquisa, e temporalidade não superior a 20 anos, exceto obras consagradas e legislação vigente, sendo selecionadas 52.

## Análise dos dados e questão ética

No tratamento dos dados coletados adotou-se a análise de conteúdo em uma perspectiva fenomenológica, com vistas à apuração das informações localizadas. A análise de conteúdo é uma metodologia de análise de dados qualitativos, é um conjunto de técnicas que são usadas para analisar os dados de uma pesquisa cujos dados são qualitativos (Bardin, 1977).

Os dados extraídos de fontes bibliográficas e documentais foram analisados e associados, considerando sua relevância acadêmico-científica e socioeducacional, além da relação direta com o tema pesquisado, convertendo-os em conhecimentos válidos, respeitando-se os preceitos éticos da pesquisa científica expressos no Art. 1º, parágrafo único, da Resolução CNS/MS 510/2016 (Brasil, 2016).

## Resultados e Discussão

### Iniciativas empreendedoras em saúde e cultura

A perspectiva empreendedora na escola é um caminho para a melhoria das práticas de ensino e consequente valorização do repertório sociocultural dos estudantes, pois fortalece seu currículo e trabalho pedagógico, oferecendo metodologias criativas e inovadoras contribuindo para a aprendizagem e promoção de aspectos relacionados a diferentes campos como a saúde e cultura, os quais se configuram como temas transversais nos PCN (Brasil, 2002).

No tocante à saúde na escola é possível serem desenvolvidas ações de prevenção e promoção (Quadro 1), envolvendo a comunidade escolar formada por professores, estudantes, pais/responsáveis, funcionários, gestores, colaboradores, entre outros públicos. O objetivo do empreendedorismo em relação à saúde é trazer ações educativas que contribuem para um melhor clima escolar, onde as pessoas vivam bem desfrutando de uma boa condição física e mental.

**Quadro 1 - Ações de prevenção e promoção da saúde na escola**

<b>Ação</b>	<b>Responsáveis</b>
1. Construção e apresentação de plano de prevenção e promoção da saúde na escola	Gestão escolar e professores, inclusive, da área
2. Inclusão no PPP escolar da oferta de componentes eletivos relacionadas à saúde	Gestão escolar e professores, inclusive, da área
3. Aplicação de sequências didáticas com temas transversais ligados a saúde e meio ambiente	Professores de todas as áreas e disciplinas
4. Seminários interdisciplinares com temáticas relacionadas à saúde da comunidade escolar	Profissionais da saúde da rede municipal ou estadual convidados e/ou professores da área
5. Mesas-redondas debatendo temas como sexualidade, drogas, ansiedade e depressão.	Professores de Biologia, Filosofia, Química e/ou Educação Física
6. Avaliação física periódica de alunos, professores e demais membros da escola	Professores de Educação Física
7. Realização de atividades esportivas, físicas e recreativas como circuito funcional.	Professores de Educação Física e Artes
8. Triagem periódica e atendimento inicial de psicologia, assistência social e terapia.	Profissionais da saúde da rede municipal ou estadual convidados
9. Aula de campo em meio à natureza, a fim de caminhar, respirar um ar puro e aliviar a tensão, estresse.	Professores de Biologia, Filosofia, Química e/ou Educação Física
10. Criação de grupo de acolhimento e aconselhamento na escola, estabelecendo a cultura do diálogo em saúde	Professores, funcionários e estudantes

Fonte: dos autores (2023).

Os docentes com o apoio da gestão podem desenvolver planos ou projetos que contemplem a saúde, visando promovê-la entre todos os sujeitos que a compõem, adotando estratégias empreendedoras como a criatividade e inovação. São exemplos de atividades em saúde viáveis na escola: atendimentos periódicos com psicólogo e assistente social cedidos pela secretaria de saúde do município, rodas de conversa em que os sujeitos buscam uma palavra acolhedora, amiga e até mesmo um direcionamento, mantendo sua saúde mental em dia (Brasil, 2007). Outros caminhos viáveis para a manutenção da saúde escolar é a realização de campanhas de prevenção, orientação, sensibilização e vacinação, a partir do convite a profissionais da própria instituição como de Biologia, Educação Física e Química, além de externos como terapeuta, psicanalista, dentista, enfermeiros e médico. Também realizar palestras e mesas redondas periodicamente, discutindo temas pertinentes, realizar aulas de campo em contato com a paz, harmonia e o ar puro na natureza. Elaborar e executar um plano empreendedor fortalece a política de saúde na escola, pois órgãos externos tendem a colaborar. (CER, 2022). Em relação à cultura popular, a escola pode desenvolver um trabalho interdisciplinar (Quadro 2), instruindo os estudantes quanto à importância desse campo e dos saberes identitários dos povos e territórios, favorecendo o processo sociocultural. Eles podem desenvolver atividades teóricas e práticas como aulas de campo, partindo da sua territorialidade, desde o ambiente escolar as suas comunidades. Outra alternativa é a realização de mostra cultural com artistas e mestres da cultura local. Essas e outras ações pedagógicas são amparadas na legislação educacional, a exemplo dos PCN (Brasil, 2002).

**Quadro 2 - Ações de valorização da cultura a partir da escola**



<b>Ação</b>	<b>Responsáveis</b>
1. Plano ou projeto de promoção da cultura popular na e a partir da comunidade escolar	Gestão escolar e professores de todas as áreas e disciplinas
2. Inclusão no PPP escolar da oferta de componentes eletivos relacionadas à cultura	Gestão escolar e professores de todas as áreas e disciplinas
3. Aplicação de sequências didáticas com temas transversais ligados à cultura e cidadania	Professores de todas as áreas e disciplinas do currículo
4. Seminários interdisciplinares com temáticas relacionadas à cultura popular na escolar	Mestres da cultura ou artistas convidados e/ou professores de Linguagens e Códigos
5. Mesas-redondas debatendo aspectos culturais como identidade e territorialidade	Professores de Português, Arte, Literatura, História e Sociologia
6. Feiras ou mostras culturais na escola envolvendo produções dos estudantes	Todos os professores da área de Linguagens, Ciências Humanas e Sociais
7. Festas com expressões artístico-culturais como música e literatura popular	Professores de Português, Arte e Literatura
8. Aulas de campo nos territórios onde residem os alunos, valorizando sua cultura	Todos os professores da área de Linguagens, Ciências Humanas e Sociais
9. Produções textuais evocando o tema cultura popular e seu papel na sociedade	Professores de Português, Redação e Sociologia
10. Concurso de desenho e/ou pintura contemplando aspectos socioculturais	Professores de Arte e Literatura

Fonte: dos autores (2023).

Há diferentes possibilidades de reconhecer e construir o processo sociocultural na escola. Além das aulas de campo, os docentes podem incentivar a realização de projetos, preservando os saberes tradicionais e ancestrais, para as futuras gerações, coadunando com o princípio da sustentabilidade. Outra ação viável é a realização de feira cultural, os discentes aplicando o empreendedorismo na demonstração e comercialização de alimentos e objetos tradicionais produzidos por eles e/ou sujeitos que residem nos territórios. Para a BNCC, práticas como essa contribuem para a ampliação do seu repertório artístico-cultural (Brasil, 2018).

A LDB 9.394/96 contempla a cultura, incentivando seu ensino e prática dentro e fora da escola com o intuito de promovê-la e valorizá-la. As manifestações culturais, inclusive, populares são vistas como um dos processos formativos de competência da instituição em todos os seus níveis e modalidades. O termo cultura é citado 13 vezes nesse documento, que rege a educação básica no Brasil. No Plano Nacional de Educação (PNE) a cultura também é contemplada, recebendo atenção especial de componentes da área de Linguagens e Ciências Humanas, que exploram as matrizes culturais indígena, africana e europeia (Brasil, 1996, 2014).

Segundo Dornelas (2001), o empreendedorismo coaduna com criação e valor, requer devoção, tempo e esforço necessários para o crescimento, além de ousadia, assumindo-se riscos calculados, adotando-se uma postura crítica na tomada de decisões, não desanimando com falhas ou erros. Tudo isso está presente no campo da saúde e cultura em instituições públicas e privadas, a exemplo das escolas, envolvendo todos os seus agentes na execução de seus papéis. Para Dolabela (2003) sujeitos empreendedores aproveitam condições favoráveis ao seu desenvolvimento, pela sua liderança, capacidade e perfil, coordenando processos, cujas raízes são culturais no modo de ver o mundo.

A fim de auxiliar os professores no trabalho de educação empreendedora em saúde e cultura a partir da escola, o campo do empreendedorismo dispõe de recursos que facilitam o planejamento, execução e avaliação dos processos, sendo o principal o plano de negócios, que direcione todo o trabalho, definindo atividades, prazos,

metas, responsáveis e demais requisitos. Para Dornelas (2001) é estruturado após um levantamento prévio de informações que agregam valor, gestão, mercado, economia, liderança, criatividade, público, incerteza, marketing e outros, que podem ser resumidos em oportunidade, recursos e equipe (Figura 1).

Figura 1 - O processo empreendedor adaptado de Dornelas



Fonte: resultadosdigitais.com.br (2023).

A educação como empreendimento social envolve planejamento, foco na aprendizagem, curiosidade e comunicação, partindo de um Projeto Político Pedagógico, que apresenta sua missão e visão, a equipe gestora e docente, organograma e currículo. Para FRST Falcone (2022) pode adotar ainda pesquisa de mercado, colaboradores e fornecedores, análise econômico-financeira com projeções de custo, equilíbrio, tempo, plano de marketing com estratégias, serviços e canais, plano operacional, processo, localização, logística e sustentabilidade, e um plano de implantação, por exemplo, com análise SWOT.

### Iniciativas sustentáveis em saúde e cultura no ambiente escolar

Transformar a ideia abstrata de Desenvolvimento Sustentável em iniciativas sustentáveis perpassa pela formação de uma postura consciente dos cidadãos, um desafio que tem como centro a educação, pois somente ela é capaz de efetuar essa transição para uma nova demanda de ensino: a educação para a sustentabilidade. Os profissionais da educação, enquanto protagonistas desse processo, cumprem o papel de incentivar a ação-reflexão em um caminho contínuo de aprendizagem que a eleva ao patamar de força criadora de novas maneiras de pensar, refletir e agir. Para, além disso, devem estimular práticas sustentáveis e fazer com que a comunidade escolar desenvolva um perfil alinhado com a proposta em questão (Newton *et al.*, 2011; Brito *et al.*, 2019).

Desde a década de 1960 acontecem debates promovidos para pensar o meio natural e a qualidade do *habitat* humano. A partir de então, as questões socioambientais e socioculturais internalizadas e vividas a partir dos ambientes educacionais são de importância crucial para a qualidade de vida das gerações atuais e também das gerações futuras (Brito *et al.* 2018; Brito *et al.* 2019).

Em 1968 o Clube de Roma reuniu cientistas políticos e empresários, preocupados com as questões globais, marcando o pioneirismo na discussão. Em 1970, o Programa Homem e Biosfera foi criado com o objetivo de “promover o desenvolvimento e aplicação da simulação e outras técnicas para elaboração de ferramentas de gestão ambiental” pela Organização das Nações Unidas para a



Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2005).

Em 1972 foi realizada a I Conferência Mundial sobre Meio Ambiente Humano, na cidade de Estocolmo. Um marco da discussão ambiental, que inaugura um novo ciclo de debates e lança o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), estabelecendo 26 princípios na Declaração de Estocolmo, princípios que serviram para a criação de diversas normas de controle da poluição, ainda que restritos ao capitalismo (UNESCO, 2005).

Em 1977 foi realizada a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, conhecida como Conferência de Tbilisi, momento que se consolidou o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA) e se estabeleceram as finalidades, os objetivos, os princípios orientadores e as estratégias para a promoção da educação ambiental (UNESCO, 2005).

Em 1981 surge a Política Nacional de Meio Ambiente e com ela grandes inovações como a criação do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), cuja gestão compete à União, estados e municípios, iniciando o processo de descentralização do poder de polícia ambiental e a criação do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), que reúne representantes dos estados e de todos os órgãos federais. E foi a partir deste conselho que foi regulamentado o regime de licenciamento ambiental para as atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, previsto na lei nº 6.938 (Brasil, 1981).

Em 1987 foi elaborado o Relatório de *Brundtland* pela Organização das Nações Unidas (ONU), resultado das reuniões da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, pressupondo a existência de um modelo econômico, político, social, ambiental e cultural equilibrado, que satisfaça as necessidades das gerações atuais, sem comprometer as gerações futuras (ONU, 1991).

Em 1988 a Constituição Federal Cidadã atribuiu ao Estado o papel de condutor da Educação Ambiental (EA), facilitando a disseminação dessa atribuição aos órgãos e as instituições federais, estaduais, distritais e municipais e estabelecendo no inciso VI do artigo 225, a necessidade de “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (Brasil, 1988).

Em 1989 foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, a partir da Lei nº 7.735/1989 com objetivo de integrar a gestão ambiental no país (Brasil, 1989). Em 1992 foi realizada a 1ª Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO-92) no Rio de Janeiro, resultando em dois documentos: a Carta da Terra e Agenda 21, tendo o primeiro um potencial educativo, por atribuir à educação a responsabilidade de construção da visibilidade do Desenvolvimento Sustentável (UNESCO, 2005).

Em 1994 foi criado o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), compartilhado pelo então Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal e pelo Ministério da Educação e do Desporto, com as parcerias do Ministério da Cultura e do Ministério da Ciência e Tecnologia (UNESCO, 2005).

Em 1999 foi criada a Política Nacional de Educação Ambiental pela Lei nº 9.795/99 trazendo diretrizes e instrumentos que visam à melhoria e o controle sobre o ambiente de trabalho e os impactos do processo produtivo no meio ambiente, através da construção de valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente (Brasil, 1999).

Em 2002 foi instituída a década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014), constituindo-se em um conjunto de parcerias que reuniu diversos interesses, transformando-se em um instrumento de mobilização, difusão e



informação, com capacidade de formar uma rede de responsabilidades entre governos, organismos internacionais, sociedade civil, iniciativa privada e comunidades locais que pudessem demonstrar o seu compromisso prático de aprender e viver sustentavelmente ao redor do mundo (UNESCO, 2005).

Ao longo do tempo, a escola foi impactada pelas discussões ambientais e pela elaboração de políticas públicas, que assegurem a presença da EA para o Desenvolvimento Sustentável (DS). Em 2004, o Programa Nacional de Educação Ambiental - PRONEA foi reformulado, passando a ser desenvolvido no âmbito nacional pelo governo federal, em conjunto com as demais esferas, co-responsáveis pela sua aplicação, execução, monitoramento e avaliação (Brasil, 2005). Em 2015, foi realizada a Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, com a participação de 193 estados membros, que conjuntamente estabeleceram 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS), com a finalidade de erradicar a pobreza e promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental à escala global até 2030.

Figura 2 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Fonte: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/> (2023).

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável são fruto de um trabalho conjunto de governos e cidadãos de todo o mundo, a fim de instituir um modelo global para romper com a pobreza, melhorar a qualidade da educação, promover a paz, a prosperidade e o bem-estar de todos (ONU BR, 2015). A escola como instituição de desenvolvimento humano, social e educacional, assume seu papel no engajamento em prol do meio ambiente e da consolidação do Desenvolvimento Sustentável (Loureiro; Azaziel; Franca, 2003).

As conferências e políticas públicas retromencionadas neste estudo, corroboram o entendimento de Brito *at al.* (2019), de que para alcançarmos os ODS, o social e o ambiental devem caminhar juntos e colaborarem mutuamente um com o outro, uma vez que os desafios enfrentados contemporaneamente não são apenas de ordem ambiental, mas socioambientais. Dizem respeito ao impacto provocado no ambiente natural pelas sociedades humanas em sua trajetória histórica que, por sua vez, incorre sobre a qualidade da própria vida humana no planeta.

Em função do seu papel no desenvolvimento social, a escola deve implementar práticas que dialoguem diretamente com os ODS. Em face desta necessidade e da pertinência dessas questões para os problemas contemporâneos, buscou-se neste estudo, a integração de 3 (três) ODS: Saúde e Bem-estar (ODS 3); Educação de Qualidade (ODS 4) e Vida Terrestre (ODS 15), visando a preservação de princípios que conduzam o desenvolvimento socioambiental escolar. A Saúde e



Bem-estar (ODS 3), visa assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos. Contempla metas que incluem, entre outros temas, a promoção da saúde mental e do bem-estar; o tratamento do abuso de substâncias, incluindo as drogas e entorpecentes e o uso nocivo do álcool (ONU BR, 2015)

A Educação de Qualidade (ODS 4), visa assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Entre suas metas até 2030, está a garantia de que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessários para promover o DS, inclusive, entre, outros, por meio da educação para o DS e estilos de vida sustentáveis, promoção de uma cultura de paz e não violência, valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o DS, dentre outros (ONU BR, 2015).

A Vida Terrestre (ODS 15) visa proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra, e evitar a perda de biodiversidade. Nas metas está a necessidade de medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitats naturais, deter a perda da biodiversidade, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas (ONU BR, 2015).

Nesse contexto, as estratégias de enfrentamento da problemática ambiental, para surtirem o efeito desejável na construção de sociedades sustentáveis, envolvem uma articulação coordenada entre todos os tipos de intervenção ambiental direta nas escolas, incluindo experiências sustentáveis em saúde e cultura no ambiente escolar, a exemplo, das experiências relacionada no Quadro 3, a seguir.

**Quadro 3 - Experiências sustentáveis em Saúde e Cultura no ambiente escolar**

Saúde	Cultura	Ambiente escolar
Programa Saúde na escola (PSE)	Mais Cultura nas Escolas	Educação Ambiental (EA)
Combate ao mosquito <i>Aedes aegypti</i>	Programa Cultura Viva	Programa Selo Escola Sustentável
Práticas corporais, atividade física e lazer na escola	Pontos de Cultura	Comissão COM-VIDA (Qualidade de Vida na Escola)
Prevenção ao uso de álcool, tabaco, crack e outras drogas	Cultura do Trabalhador	Educação Ambiental Escolar e Educação Agroecológica
Cultura de paz, cidadania e Direitos Humanos	Cultura Digital	Horta nas Escolas e Feira do Produtor Rural
Prevenção de violência e acidentes	Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e Lei Rouanet	Agente Ambiental Mirim e Ciência Jovem
Promoção da saúde bucal e aplicação tópica de flúor	Criativos na Escola	Programa de Educação Ambiental (PEA)
Verificação do quadro vacinal dos alunos e agravos de doenças	A Escola e o Forró	Programa Eco-Escolas e Escolas Ecológicas
Segurança alimentar e nutricional, e prevenção da obesidade	Vaqueiro, Heroi do Sertão	Projeto Escola Verde
Promoção da saúde auditiva e identificação de alterações	Consciências, Cor e Arte	Programa Escolas Mais Verdes
Direito sexual, reprodutivo e prevenção as DST/AIDS	Revolução Urbana de Arte	Consciência Ambiental Jovens
Promoção da saúde ocular e identificação de alterações	Coletivo Erês	Projeto Parque Educador
Prevenção a COVID-19, H1N1 e H3N2 e outras doenças	Grupo Quilombo dos Anjos	EA em Unidades de Conservação (UC)



Programa de Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF)	Festival Alunos que Inspiram e Projeto Identidade Cultural	Programa Comunidades de Conservação
Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas	Dia da Consciência Negra	Programa “Eu Amo o Cerrado”
Projeto Saúde na Escola, vinculado e apoiado pelo PIBID	Projeto Escolas Culturais	Programa Ambiente com Ciência
Projeto Aprendendo Saúde na Escola	Mestres da Cultura Popular e Tradicional	Programa Fogo-Apagou
Projeto Educação em Saúde em Escolas da Rede Pública	Projeto Intervenção Cultural na Escola	Programa Educação Pede Licença
Projeto Rede Estadual Saúde Escola	Programa Arte e Cultura na Escola	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea)
Educação Permanente em Saúde (EPS)	Projeto Semeando Arte e Cultura	Feiras Agroecológicas e Solidárias (CETRAS)
Projeto Saúde Escolar em Construção	Cultura Escolar e Projeto de Vida	<i>Millennium Development Goals (ODS)</i>
EducaSUS: Práticas de Educação em Saúde	Lei Aldir Blanc e protagonismo estudantil	Projeto Farmácias Vivas e Hortos Fitoterápicos

Fonte: dos autores com base em Criativos da Escola (2019), IBRAM (2019), Gov.Br (2022) *et al.*

Dada a importância da relação da interdisciplinaridade no ambiente escolar, a inserção de projetos educacionais em saúde e cultura apresentados, podem dar forma a metodologias para uma educação formal e informal e práticas que estimulem a formação de cidadãos ambientalmente conscientes devem ser abraçadas pelas escolas, constituindo-se em importantes aliados para o alcance do desenvolvimento sustentável.

As experiências indicadas como sustentáveis na área da saúde, estão em sincronia com o ODS 3 e revelam um potencial para a promoção da saúde, com ações que tendem a minimizar as vulnerabilidades sociais do território, e incluem ações que vão desde a educação em saúde, prevenção do uso de entorpecentes, a uma alimentação saudável.

Nesse sentido, pode-se apontar como principal iniciativa o PSE, cujo objetivo é contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por meio das ações de prevenção, promoção e atenção à saúde, integrando as redes do Sistema de Educação e do Sistema Único de Saúde (SUS) mediante articulação das escolas públicas, unidades básicas de saúde e unidades de Saúde da Família (Brasil, 2011).

As experiências indicadas como sustentáveis na área da cultura, se inserem no ODS 4, que vai além do campo da educação e incluem momentos de estudos e reuniões pedagógicas, momentos de descontração, como excursões, passeios e festejos escolares. Uma iniciativa que merece destaque nesse sentido é o Projeto Mais Cultura nas Escolas, idealizado pelo Ministério da Cultura (MinC) e Ministério da Educação (MEC) para expandir a formação básica de brasileiros e brasileiras além dos muros escolares e ampliar o repertório de formação cultural de estudantes, professores e comunidades escolares (Brasil, 2015).

As experiências sustentáveis no ambiente escolar estão presentes no ODS 15 e tem na educação para o DS suas bases, envolvendo atitudes e comportamentos que, repetindo-se no dia a dia, transformam-se em ações socialmente corretas. Um caminho para o seu alcance é a implementação de uma EA, pois quando bem



estruturada, enfatiza a relação dos homens com o ambiente natural, as formas de conservá-lo, preservá-lo, e de administrar seus recursos (UNESCO, 2005).

As escolas devem se identificar com os ideais sustentáveis e compreender a importância de transformar suas atitudes e seus objetivos de ensino e aprendizagem, se tornando um centro de referência sobre sustentabilidade para os alunos e a comunidade (Borges, 2011). Para tanto é necessário que sejam inseridos no Projeto Político Pedagógico das escolas. Para Padilha (2003) projetos precisam sair do campo do planejamento para o da ação, devendo estar presentes em todos os ambientes escolares, ocupando espaços e tempos.

A verdadeira mudança de comportamento em relação a uma educação para o desenvolvimento sustentável se dará de forma gradativa, uma vez que é necessário propiciar a aquisição de valores e motivar os envolvidos a participarem de forma ativa, o que só será possível, a partir do momento em que forem propiciadas condições aos alunos, e demais membros participantes, de adquirirem as habilidades necessárias a uma participação ativa em projetos que visem o alcance do Desenvolvimento Sustentável no sentido amplo.

### Considerações Finais

Os avanços advindos das últimas décadas promoveram uma série de mudanças no ambiente escolar, exigindo a formulação, implementação e avaliação de políticas educacionais alinhadas às diretrizes e orientações globais da ONU para o alcance do DS. A escola é um campo socializador e transformador para diferentes gerações. Como disse o mestre emancipador: “Se a educação não transformar a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (Freire, 2000, p. 67). A escola não deve incluir em sua matriz curricular só a questão do rendimento escolar. Mas, também o desenvolvimento integral dos educandos, que inclui uma educação empreendedora voltada ao desenvolvimento social, cultural e ambiental de caráter interdisciplinar com forte potencial emancipatório, capaz de formar cidadãos que saibam conviver de forma ética, harmoniosa e equilibrada ao longo da vida.

O desafio de desenvolver territórios de forma sustentável, a partir do ambiente escolar, surge da premissa que este deve estar em sintonia com seu entorno social, cultural e ambiental, incluindo a comunidade escolar e a elaboração de um plano empreendedor, que possa alcançar os ODS. Evidenciou-se que o social, cultural e ambiental devem caminhar juntos. Os desafios enfrentados atualmente não são apenas sociais, ambientais e/ou culturais, mas socioambientais e socioculturais.

Uma educação empreendedora para o DS constrói-se gradativamente, através de iniciativas e projetos educacionais no currículo escolar. É preciso sair do campo do saber para o do fazer, ensinando práticas socialmente corretas em saúde, cultura e meio ambiente para que os indivíduos se tornem cidadãos críticos e adquiram uma consciência ecológica, necessária à preservação do meio ambiente para as gerações futuras.

Neste contexto, os avanços advindos das últimas décadas promoveram uma série de mudanças no ambiente escolar, exigindo a formulação, implementação e avaliação de políticas educacionais alinhadas às diretrizes e orientações globais para o alcance do Desenvolvimento Sustentável.

Assim, as iniciativas empreendedoras e sustentáveis abordadas neste estudo respondem demandas de diferentes classes presentes na escola, tornando-se um meio de redução das desigualdades e de alcance do DS à medida que estas promovem



a saúde e o bem-estar, estimulam a cultura, disseminam conhecimento e melhoram as condições socioambientais e culturais da comunidade escolar.

## Referências

ARANTES, Antonio Augusto. **O que é cultura popular**. 14a Ed. - São Paulo, SP: Brasiliense, 2004.

BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BARBOSA, Luciano Chagas. **Políticas públicas de Educação Ambiental numa sociedade de risco: Tendências e desafios no Brasil**. In: Anais do IV Encontro Nacional da Anppas. 21 p. 4 a 6 de junho. 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo** Lisboa: Edições 70, 1977.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é - o que não é**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

BORGES, Carla. O que são espaços sustentáveis. **Espaços Educadores Sustentáveis**, v. 21, bol. 7, p. 111-6, jun. 2011.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é folclore**. 13a Ed. - São Paulo, SP: Brasiliense, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei N° 7.735 de 22 de fevereiro de 1989**. Cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências. Diário Oficial da União, 22 fev. 1989

BRASIL. **Lei N° 9.795 de 27 de abril de 1999**. Institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União, 28 abr. 1999.

BRASIL. **Lei N° 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 26 jun. 2014.

BRASIL. **Lei N° 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a política nacional do meio ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2 set. 1981.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.



BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: MEC, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em ciências humanas e sociais. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 24 maio 2016

BRASIL. Ministério da Saúde. **Decreto Presidencial nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007**. Programa Saúde na Escola (PSE). Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde na Escola**. Brasília: MS; 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Passo a passo PSE: tecendo caminhos da intersetorialidade**. Brasília: MS; 2011.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Programa Nacional de Educação Ambiental - ProNEA**. 3a ed. Brasília, DF, 2005.

BRASIL. **Portaria Interministerial nº 6, de 20 de agosto de 2015**. Programa Mais Cultura. Brasil, DF, 2005.

BRITTO, Francisco; WEVER, Luiz. **Empreendedores brasileiros: vivendo e aprendendo com grandes nomes**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

BRITO, Renato de Oliveira; CUNHA, Célio da; SÍVERES, Luiz. Gestão participativa e sustentabilidade socioambiental: um estudo em escolas da rede pública de Sobral-CE. *Ciência & Educação*, Bauru, v. 24, n. 2, p. 395-410, 2018.

BRITO, Renato de Oliveira; CUNHA, Célio da; SIVERES, Luiz. **O uso de indicadores para avaliação qualitativa de projetos educativos socioambientais: a gestão participativa no ambiente escolar**. *Ensaio: aval. pol. publ. Educ.*, Rio de Janeiro, v.27, n.104, p. 610-630, jul./set. 2019.

BUSS, Paulo Marchiori. Promoção da saúde da família. *Revista Brasileira de Saúde da Família*, Brasília, v. 2, n. 6, p. 50-63, dez. 2002.

CER. Centro Sebrae de Referência em Educação Empreendedora. **Afinal, o que é Educação Empreendedora?** Cultura empreendedora. 2022. Disponível em: <https://cer.sebrae.com.br/blog/o-que-e-educacao-empreendedora/>. Acesso em: 02 jan. 2023.

COLAGRANDE, Elaine Angelina; FARIAS, Luciana Aparecida. Educação Ambiental e o contexto escolar brasileiro: desafios presentes, reflexões permanentes. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 37, e 81232, 2021.

COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Hessel; SOMMER, Luis Henrique. Estudos culturais, educação e pedagogia. *Revista Brasileira. Educ. [online]*. n. 23, p. 36-61. 2003.



DOLABELA, Fernando. **Oficina do Empreendedor**. São Paulo: Cultura, 1999.

DOLABELA, Fernando. **Pedagogia Empreendedora**. São Paulo: Cultura, 2003.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

FARIAS. Isabelle Carolline Veríssimo de; SÁ, Ronice Maria Pereira Franco de; FIGUEIREDO, Nilcema; FILHO, Abel Menezes. Análise da Intersetorialidade no Programa Saúde na Escola. *Revista Brasileira de Educação Médica*. 40 (2): 261-267; 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 33. ed. Paz e Terra, São Paulo, 2006.

FREIRE. Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. Apresentação de Ana Maria Araújo Freire. Carta-prefácio de Balduino A. Andreola. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FRST FALCONE. **Plano de negócios: o que é, vantagens e como fazer um para o seu empreendimento**. Site Resultados Digitais. Disponível em: <https://resultadosdigitais.com.br/marketing/plano-de-negocios/>. Acesso em: 4 jan. 2023.

GOMES, Livia Cardoso. **O desafio da intersectorialidade: a experiência do Programa Saúde na Escola (PSE) em Manguinhos, no Município do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo, SP: Atlas, 2003

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; AZAZIEL, Marcus; FRANCA, Nahyda. (Org.). **Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação**. Rio de Janeiro: Ibase, 2003.

MARTIN-BARÓ, I. **Acción y ideología - Psicología Social desde Centroamérica**. San Salvador: UCA Editores, 1992.

NEWTON, Antonio Paciulli Bryan; AGUSTÍN, Escolano Benito; HENAR, Herrero Suárez. **Educação e conhecimento para um futuro sustentável**. São Paulo, SP: Alínea, 2011.

OLIVEIRA, Wanderlei Abádio de; SILVA, Jorge Luiz da; SANTOS, Manoel Antonio dos; HAYASHIDA, Miyeko; CARAVITA, Simona Carla Silvia; SILVA, Marta Angelica Lossi. Interações familiares de estudantes em situações de bullying. 67(3). *J Bras Psiquiatr*. 2018.

ONU BR - Organização das Nações Unidas no Brasil. **A Agenda 2030**. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

ONU - Organização das Nações Unidas. Comissão mundial sobre o Meio Ambiente e



**Desenvolvimento. Nosso futuro comum.** 2ª ed. Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1991.

**PACHECO, Flavia. Talentos brasileiros: saiba o que eles têm em comum.** São Paulo: Negócio, 2002.

**PADILHA, Paulo Roberto. Uma escola mais bela, alegre e prazerosa, cruzando fronteiras: experiências que se completam.** p. 83-92. Buenos Aires: CLACSO, 2003.

**SANTOS, José Luiz dos. O que é cultura.** 16a ed. - São Paulo, SP: Brasiliense, 2003.

**SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica.** Coleção Educação Contemporânea. 8a ed. Campinas, SP: Autores associados, 2003.

**SILVA, Kênia Lara. Promoção da Saúde em espaços sociais da vida cotidiana.** Belo Horizonte; 2009.

**SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade.** 2a ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

**SOUZA, Maria Cláudia da Silva Antunes de; ARMADA, Charles Alexandre Souza. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade: evolução epistemológica na necessária diferenciação entre os conceitos. Revista de Direito e Sustentabilidade.** v. 3, n. 2, pág. 17-35, jul/dez. 2017.

**STOFFEL, Jaime Antônio; COLOGNESE, Silvio Antônio. O desenvolvimento sustentável sob a ótica da sustentabilidade multidimensional. Rev. FAE, Curitiba, v. 18, n. 2, p. 18 - 37, jul./dez. 2015.**

**UNESCO. Década da educação das Nações Unidas para um desenvolvimento sustentável, 2005-2014: documento final do esquema internacional de implementação.** Brasília, DF, 2005.